

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIO DE UM NOVO TEMPO COM ALUNOS DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Claudio Neves Lopes¹

RESUMO

A trajetória histórica da deficiência mostra uma evolução de conquistas, desde a antiguidade até os dias de hoje. Na educação especial, a inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns, é defendida como meio de superação, e de exclusão social a que foram historicamente submetidos. Não se pode falar em inclusão escolar sem focar na deficiência mental, uma vez que este conceito vem sendo discutido, desde a década de 1990. O termo inclusão foi adotado a partir da Declaração de Salamanca que alavancou subitamente as questões políticas e educacionais, na área especial. E como referência, surge no centro das reformas educacionais com uma hipótese política de incorporação dos alunos com necessidades educacionais que historicamente tem sido excluído da escola. As instituições especializadas foram surgindo como rede de apoio aos portadores de deficiência, e assim foi ficando mais evidente a necessidade da inclusão, uma vez que o tratamento educativo ofertado por elas, chamaram atenção de escritores e estudiosos que ansiavam por uma inclusão com conceitos diferentes daqueles oferecidos pelas escolas especiais. A inclusão escolar é um movimento mundial que vem sendo amplamente discutido, tendo como eixo principal a concepção de educação de qualidade para todos, fundamentada no respeito a diversidade, igualdade, acessibilidade e permanência dos educandos na rede pública de ensino.

Palavras chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Aprendizagem.

ABSTRACT

The historical trajectory of disability shows an increase of achievements, from antiquity to the present day. In special education, inclusion of students with disabilities in mainstream schools is advocated as a means of overcoming, and social exclusion that have historically been subjected. One cannot speak in school inclusion without focusing on mental disability; since this concept has been discussed since the 1990s, including the term was adopted from the Declaration of Salamanca who suddenly boosted the political and educational issues in the area special. And for reference, it appears at the center of educational reforms with a merger of political hypothesis of students with educational needs that have historically been excluded from school. Specialized institutions have been emerging as support network for people with disabilities, and thus became more evident the need to include, since the educational treatment offered by them, drew attention of writers and scholars who longed for an inclusion of those with different concepts offered by special schools. School inclusion is a worldwide movement that has been widely discussed the main axis design quality education for all, based on respect for diversity, equality, accessibility and permanence of students in public schools.

Keywords: Intellectual Disability. Inclusion. Learning.

¹Graduado em Pedagogia pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira e Pós-graduado em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Cruzeiro do Sul.

INTRODUÇÃO

No contexto histórico da Educação Especial, as instituições foram por um bom tempo, as responsáveis pela educação dos educandos com deficiência intelectual. Esse tipo de atendimento começa a ser questionado, de forma mais contundente a partir de 1960. Com a proposta da integração, críticas foram surgindo em relação ao trabalho das instituições, sob o argumento de que estas instituições levava a segregação da pessoa com deficiência. No entanto, não impediu que elas continuassem a prestar atendimento, isso porque havia um entendimento de que, em alguns casos, havia necessidade de preparação anterior a inserção dos educandos nas escolas comuns.

Com o movimento da inclusão, essas críticas tornaram-se mais agressivas, abrindo-se um leque de discussões sobre o tema, sobre os tipos de deficiências, as dificuldades de acesso, preparação docente, enfim, tudo que envolvia o universo dos educandos com necessidades educacionais.

No bojo deste movimento, há aqueles que defendem uma inclusão total, e, outros a radical e outros se posicionam na defesa da inclusão dos educandos nas escolas comuns sempre que possível, vislumbrando os benefícios que esse processo traria a esses educandos.

A partir dos meados da década de 90, as expressões inclusão, educação inclusiva, e inclusão escolar passam a ser discutidas nas políticas educacionais.

A Declaração de Salamanca (1994), recomenda que os educandos com necessidades educacionais especiais, devem receber apoio suplementar, apostando que a educação inclusiva poderia ser a melhor forma de promover a solidariedade entre educandos especiais e os considerados normais.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender o universo de mitos e preconceitos, é necessário incluir no contexto histórico, de que, como a sociedade evoluiu, criando possibilidades ao diferente mental de conquistar cidadania. Percebe-se que ao longo do tempo, que a atenção educacional aos educandos com necessidades especiais associadas ou não a deficiência, vem superando antigas concepções. Os processos históricos apontam indícios de transformação da cultura segregacionista para a cultura integradora.

Atualmente, o mundo caminha para uma educação inclusiva, mostrando sinais visíveis desta construção. Os resultados ainda são pequenos, mas animadores. Entre 1974 e 1978, por solicitação do Secretário de Educação do Reino Unido, uma comissão de especialistas presidida por Mary Warnock, criaram um documento denominado como Informe Warnock que recomenda a abolição da classificação da deficiência por categorias, considerando que todas as crianças são educáveis, pois, antes de classificá-las como diferentes, determinar quais são suas reais necessidades. Este documento tornou-se um marco referencial, pois modificou a Educação Especial em muitos aspectos, inclusive na terminologia. A partir do Informe Warnock as definições de necessidades educacionais especiais e educação especial ficaram estabelecidas.

O informe Warnock é considerado o principal responsável pela reconceitualização e mudanças da Educação Especial (MONROY, 2003).

PRINCÍPIOS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial fundamenta-se nas referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. Visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas que possuem necessidades educativas especiais e como ramo da educação, ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas. Seus objetivos são:

- Desenvolvimento global das potencialidades dos educandos;
- Incentivo a sua autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo;
- Preparação dos educandos para participarem ativamente do mundo social, cultural, dos desportos, das artes e trabalho;
- Frequência à escola em todo fluxo de escolarização, respeitando os ritmos próprios dos educandos;
- Atendimento educacional adequado as necessidades do alunado, no que se refere ao currículo adaptado, métodos, técnicas e material de ensino diferenciado, ambiente emocional e social da escola favorável a integração social dos educandos devidamente motivado e qualificado;
- Avaliação permanente, com ênfase no aspecto pedagógico, considerando o educando em seu contexto biopsicossocial, visando a identificação de suas potencialidades de desenvolvimento;

- Desenvolvimento em programas voltados para o trabalho,
- Envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento global do educando.

O processo é integral, fluindo desde a estimulação essencial, até os graus superiores de ensino. Realiza-se fora do sistema regular de ensino e é especificamente organizada para atender de forma exclusiva educandos com determinadas necessidades especiais.

Algumas atendem somente algum tipo de deficiências, outras, porém prestam atendimento a áreas diversificadas. Acredita-se, no desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, preparando-o para uma vida produtiva na sociedade despertando o seu equilíbrio individual, para as regras da vida, no convívio familiar e social. A Educação Especial corresponde aos mesmos princípios da Educação Geral, inicia-se no momento em que são identificados atrasos ou alterações no desenvolvimento global da criança necessitando de continuidade ao longo da sua vida.

Acredita-se que, todo ser humano, por menor contribuição que possa dar, a oportunidade deve fazer jus ao direito de igualdade.

O ensino especial sofre severamente com críticas relacionadas ao convívio social de sua clientela com as demais crianças. E inegável, e importante ressaltar que as escolas direcionadas a Educação Especial, são bem estruturadas para atender as necessidades do alunado, tanto de crianças, como de jovens e adultos. Recebe recursos financeiros diferenciados, o que possibilita a contratação de profissionais especializados.

Dentre os profissionais que nela trabalham e atuam em Educação Especial, destacam-se o educador, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Assim, a escola direcionada ao ensino especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. A Educação Especial, denomina tanto na área de conhecimento, quanto de atuação profissional. De um modo geral lida com fatos de ensino e aprendizagem que não tem sido ocupação do sistema de educação regular.

Sob o enfoque sistêmico, a Educação Especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é de formar cidadãos conscientes e participativos e precisa ser oferecida em função da necessidade especial no transcurso da vida escolar.

Devido ao movimento de educação inclusiva, a Federação Nacional das APAEs, tem congregado esforços buscando adequar o movimento apaeano dentro das exigências legais da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, sistematizando ações educacionais do movimento, isto porque durante muito tempo, as escolas especiais trabalharam direcionadas por valores caritativos e assistenciais, sem propostas de inclusão educacional e social.

A Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96 (LDB) estabelece os rumos e fundamentos da educação brasileira reconhecendo a importância da Educação Especial. Assim na atual conjuntura educacional, no artigo 58, entende a Educação Especial como sendo a “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Nos parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, encontra-se que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, podendo o atendimento educacional especializado ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos educandos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 1994) que foi elaborada no mesmo ano em que o Brasil assinou a Declaração de Salamanca, e compromete-se a oferecer educação para todos independentes das condições dos educandos, a menos que haja razão convincente para o contrário. No documento oficial nacional encontra-se definido o aluno portador de NEE como sendo:

[...] aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.

D’Antino (1998), também aponta a necessidade de se discutir em qual realidade os educandos das escolas especiais são trabalhados; se o de atendimento embasado no protecionismo e na caridade, que podem inibir as possibilidades de inclusão social, cultural, educacional e de trabalho. Posturas discriminatórias ainda persistem, sendo as pessoas com deficiência vistas como objeto de piedade, como não produtivas, como não consumidoras, não cidadãs.

Além de assegurar a abertura do processo democrático de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a Educação Especial guia-se de alguns princípios que foram e continuam sendo princípios norteadores na elaboração de programas e práticas

educacionais para pessoas com necessidades educacionais especiais. A necessidade de situá-los, é que nos discursos que envolvem a Inclusão, tais concepções, são muito presentes nos estudos e teorias de professores e tem acompanhado o desenvolvimento de políticas públicas, os processos educativos e a formação do profissional educador.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E DEFINIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS

As tentativas de se entender o que significa terminologia de NEE são variadas. Áreas, como a medicina, a psicologia, o serviço social e a educação, vêm se preocupando com crianças, jovens educandos que apresentam essas necessidades, que são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem, apresentados em caráter intermitente ou pervasivo, bem como, pelos recursos e apoios que a escola poderá proporcionar, focando nas barreiras da aprendizagem.

As diversidades de características no comportamento e na aprendizagem presentes nas crianças de uma sala de aula podem auxiliar professores a detectar aqueles que têm necessidades educativas especiais.

Portanto, a dificuldades de aprendizagens, não estão necessariamente em relacionadas a deficiência. O caráter deste termo, erradicou o uso de determinadas expressões utilizadas como: deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotado, incapacitado entre outras.

Surgiu para evitar efeitos negativos ao referir-se aos educandos com altas habilidades, anteriormente chamadas de superlotação, as pessoas com deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais, com propósito de deslocar o foco do educando, evitando enfatizar seus atributos ou condições pessoais que pode interferir na aprendizagem e escolarização.

Há uma polemica quanto ao uso do termo “necessidades educativas”. Alguns autores propõem a substituição do termo grifado por educacionais, considerando que estes educandos têm necessidades educacionais como os demais.

Atualmente incluem-se neste conceito, diversas categorias, inclusive a das altas habilidades, a dislexia, pessoas com limitações físicas, intelectuais, sociais, emocionais, e sensoriais diferenciadas, crianças com deficiência e bem dotadas, trabalhadoras ou que

vivem nas ruas, de populações nômades ou distantes, componentes de minoria linguísticas, étnicas ou marginalizadas.

Esse conceito é uma forma de reconhecer que muitos educandos tendo dificuldades ou não, apresentam necessidades educativas que se tornam especiais quando exigem resgatar o caráter funcional do sistema de ensino. Cabe a escola deixar de pensar nas dificuldades especiais, e, ficar atenta as respostas que são dadas às necessidades, principalmente naqueles que apresentam necessidades especiais diferentes dos demais.

Nas escolas especiais, as necessidades são amplas e diversificadas. A classificação desses educandos, para efeito de prioridades no atendimento educacional especializado, da ênfase a:

- Pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, física e múltipla;
- Pessoas com condutas típicas, problemas de condutas;
- Pessoas com altas habilidades.

Considera-se que os educandos com NEE, são aqueles que precisam de ajuda para dominar as atividades curriculares da escola porque de uma forma ou de outra são diferentes dos demais educandos, exigem atenção, dedicação, compromisso, adaptações curriculares e recursos pedagógicos específicos. Entende-se que a participação de todos os profissionais da instituição, é vital para que haja sucesso no trabalho oferecido, mesmo tendo auxílio de professor especializado e de outros profissionais.

Independente do termo utilizado, o importante é ter responsabilidade e no desenvolvimento do trabalho, promovendo aquisição de conhecimentos escolares e da vida diária, buscando metodologias que favoreçam o acesso desses educandos nos espaços escolares e elevando sua autoestima, levando-as a compreensão de que, podem dentro das suas possibilidades, aprender conquistar o seu espaço na sociedade.

INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

O termo inclusão apresenta-se como um avanço da integração, embora as expressões sejam frequentemente utilizadas como se tivessem o mesmo significado. Em termos educacionais, representam grandes diferenças para qual a cada termo serve.

O ensino integrado refere-se fato das crianças com Deficiência Intelectual, aprenderem de forma eficaz quando frequentam as escolas regulares, tendo como

instrumento a qualidade do ensino. O educando é visto como portador de um problema e necessita de adaptação com os demais estudantes.

O movimento pela integração de educandos com deficiência intelectual na escola inaugura um debate polêmico. Nos dias atuais, tem se acirrado com o movimento da inclusão de educandos com deficiência intelectual no ensino comum, como uma via de inclusão social. O ensino inclusivo toma por base a visão sociológica de deficiência e diferença, reconhecendo que todas as crianças são diferentes, e que escolas e sistema educacional precisam ser transformados para atender as necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem necessidade especial. Não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige uma metodologia diferenciada para se corresponder às necessidades, capacidades, níveis de desenvolvimentos individuais e adequação de ambientes físicos.

A inclusão assume que, a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos. Neste processo inclusivo, não é o aluno que se deve adaptar a escola; a escola, no processo ensino aprendizagem que deve promover novas situações de aprendizagem, gerar mudanças internas nos planos de conhecimento, e buscar através de diferentes estratégias, novas possibilidades de construção do saber.

Atualmente estas questões vêm sendo amplamente discutidas. Há aqueles que advogam a inclusão total, ou seja a inexistência do atendimento especializado em instituições, e os que admitindo limitações da realidade educacional, defendem a manutenção de serviços paralelos. O desafio da inclusão é uma forma de unir o currículo com a organização da escola juntamente com o desenvolvimento profissional do professor.

A educação especial tem sido vista como qualitativamente diferente do ensino regular, pois na maioria dos trabalhos publicados, há diferenças entre ela e a educação de modo geral.

Por outro lado, os textos produzidos na área de educação especial se propõem a uma integração com a educação, sem perder de vista a necessidade de um trabalho conjunto e integrado na aprendizagem do aluno, de modo que não se caracterizem dois processos distintos e desvinculados, ou seja, duas “educações” a regular e a especial. (CARVALHO, 2000, grifo nosso).

Alguns profissionais envolvidos nesta empreitada da fase deste processo acompanharam a mudança de paradigma e hoje fazem a defesa de uma educação

inclusiva sob novos pilares. No prefácio da Declaração de Salamanca (1994), o conceito NEE foi redefinido, e passou a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

A partir de Salamanca, produziu-se uma transformação no vocabulário e caracterizando uma profunda mudança na concepção sobre a presença dos educandos com NEE na escola regular. Esse importante evento originou a adoção do princípio da inclusão escolar, como princípio filosófico orientador de que todas as crianças devem estudar juntas em escolas comuns, como situação na qual a escola cria condições para atender a todos os educandos, independentemente de suas características, origem socioeconômicas cultural e talentos. Perspectiva oposta ao princípio da integração, que não correspondia mais aos objetivos primordiais acordados pelas nações.

Acreditamos e Proclamamos que:-escolas regulares possam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva de educação para todos; além dessas tais escolas proveem uma educação efetiva a maioria das crianças e promovam a eficiência, e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994, item 2)

Este documento não tem efeito de lei, mas orienta que na situação em que a escola regular não possa prover adequadamente a educação dos educandos com NEE, em casos excepcionais, deve ser apoiada deve pelos conhecimentos da educação especial e recomenda o aproveitamento dos conhecimentos já construídos pelos especialistas, mas não sugere o fechamento das escolas especiais.

A proposta de inclusão escolar de pessoas com deficiências na sociedade remete de maneira geral, grande parte da responsabilidade desta para a escola. Com o paradigma da inclusão, as escolas são chamadas a desenvolver educação inclusiva que atenda a todos, pois inúmeros estudos vêm sendo produzidos de modo a recomendar a educação inclusiva. O movimento para uma escola inclusiva vem se fortalecendo desde a década de 1990, que corresponde a necessidade de atender as crianças que dela são excluídas e o discurso ganhou centralidade nas políticas educacionais.

A Declaração de Salamanca define a política de inclusão como:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que

elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder[as necessidades diversas e seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégia de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades, Na verdade deveria existir uma continuidade de serviço proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, item 7).

Ao defender a escola inclusiva o documento faz uma ressalva:” sempre que possível” expressão utilizada em outros documentos legais, acenando para uma parcela do alunado que não poderia ser atendido nesta escola.

“O encaminhamento de crianças as escolas especiais, ou sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções a serem recomendado somente naqueles casos infrequentes, onde fiquem claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender as necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem estar da criança ou de outras crianças”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, item 8, grifo nosso).

Nesta citação a Declaração de Salamanca defende as instituições especiais que podem ser um recurso valioso para o desenvolvimento das escolas inclusivas, servindo de centros de referência no trabalho com as pessoas de deficiência. Ela ainda afirma que:

[...] os profissionais destas instituições especiais possuem nível de conhecimento necessário a identificação precoce das crianças portadoras de deficiência. Escolas Especiais podem servir como centro de treinamento e de recurso para os profissionais de escolas regulares. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, item 9)

Neste documento tão importante para o contexto histórico da Educação Especial, evidencia-se a chamada para a adoção de políticas de inclusão, como forma de enfrentar processos acentuados de exclusão social, e a consideração de que o trabalho das instituições especializadas não é descartado, sobretudo por aqueles que por condições específicas, não tem condições de frequentar o ensino comum.

Entende-se que este documento tem uma forte atuação na educação especial, cuja finalidade foi de chamar a atenção dos países em desenvolvimento para a necessidade de reafirmar o compromisso com a educação sob o aspecto de política

pública. Necessidades Educativas Especiais e Educação Inclusiva, são termos originários europeus, que trouxeram a sociedade uma verdadeira mudança no paradigma, cujo valor histórico, é reconhecido e considerado fundamental, principalmente aos profissionais da educação. Na LDB 9394/96 no cap. V artigo 58 recomenda-se as duas formas de atendimento. Há prescrição de que a educação dos educandos com deficiência é dever do Estado, matriculado preferencialmente na rede regular de ensino com apoio especializado.

Levando-se em conta que o atendimento educacional a pessoas com deficiências é uma diretriz constitucional, chama-nos a atenção que a educação adequada às pessoas com estas características no sistema de ensino regular, ainda pareça a muitos educadores como uma recente exigência normativa. Incluir não é uma responsabilidade individual, é de toda a sociedade, mas a escola enquanto instituição socializadora e potencialmente transformadora, precisa convergir sua proposta numa prática inclusiva, contribuindo para a formação de um cidadão como sujeito de direitos, embora não seja suficiente, é de importância fundamental para o desenvolvimento do indivíduo.

Educação, é um processo vital e transformador e seus objetivos são os mesmos para todos os educandos com NEE ou não. Nessa direção constrói-se um conceito de inclusão escolar diferenciando, o da inserção que se limita na matrícula, correspondente a fase introdutória.

Muitos educandos ainda são inseridos no sistema escolar e continuam por longo tempo carentes de qualquer apoio, mas em contrapartida muitos profissionais lutam para que todo o investimento possível seja feito para que a situação se modifique.

Nesta perspectiva, pensar em inclusão escolar, é dimensionar quais são as respostas educativas que os sistemas de ensino possuem diante da diversidade e das necessidades dos educandos, quais condições a escola têm a oferecer a esses educandos para obtenção de uma educação realmente inclusiva. Compreender a diferença tem sido uma das questões básicas da humanidade.

Desde os primórdios, período no qual as pessoas eram vistas como objeto de caridade e divinização, até a atualidade, vários países vem tentando buscar respostas, elaborando leis, sobre os direitos dos indivíduos. No caso da educação brasileira, a própria constituição federal e leis específicas para educação, garantem o acesso e permanência da diversidade nos espaços formais.

Neste contexto histórico, que alguns conceitos como inclusão, vem sendo instituídos, especialmente a partir de mudanças do século XVIII, que nos levaram as discussões e aos reconhecimentos dos Direitos Humanos e da própria educação como um direito social.

As políticas e legislação democráticas sobre inclusão escolar, a princípio começaram a ser pensadas a partir das pessoas com deficiência, porque elas compõem uma face explícita dos grupos excluídos. A educação inclusiva surge como proposta de um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas da sociedade, buscam em parcerias, efetivar o termo de oportunidades para todos.

No Brasil, o movimento, teve seu maior impacto nas discussões das políticas públicas e, mais especificamente, na política educacional.

A lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica-Política Educacional-2001 diz:

“Entende-se por inclusão a garantia a todos, do acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sociedade está que deve estar orientada por relações de acolhimento a diversidade humana, de aceitação de diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidades, em todas as dimensões da vida.”

Nesta perspectiva a escola muda e muda a sociedade que recompõe seus limites, reestrutura seus ambientes, redimensionam seus valores, procedimentos educativos são revisados, avaliações são repensadas com profissionais para atender a todos. O propósito exige ações práticas e viáveis, que tenham como fundamento uma política específica em âmbito nacional, orientada para a inclusão dos serviços de educação especial na educação regular.

Entende-se que o modo de todos os educandos, independente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade. Torna-se um desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

FORMAÇÃO DE EDUCADORES E INCLUSÃO ESCOLAR

A formação não incide no acúmulo ou somatória apreendidos em cursos, palestras ou conferências. Está relacionada na ampliação de diferentes saberes e

entendimento. É uma construção permanente de ideias sobre a ação que favoreça mudanças nas metodologias e nas atitudes do professor. Implica continuidade de desenvolvimento, no qual o período inicial da formação é o começo da profissionalização.

Assim como os educandos, os professores tampouco são iguais; a diversidade há de ser considerada no processo inclusivo.

Mesmo considerando algumas resistências de inovações pedagógicas por parte de professores diante deste processo, reconhece-se que suas práticas estão fundadas em conhecimentos e experiências já adquiridos anteriormente, que carecem ser revistas, reelaboradas, tendo em vista a flexibilidade necessária para o trabalho pedagógico para a perspectiva inclusiva.

Ainda que, níveis, modalidades, formatos, locais, conteúdos e metodologias de formação possam ser diferentes, o conceito de formação de professores, refere-se tanto aos professorando que estão se preparando para a docência como aqueles que estão no efetivo exercício de ensino há algum tempo.

CURRÍCULO ESCOLAR E ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Currículo deve ser compreendido como uma ferramenta conceitual que supõe a forma explícita ou tácita, uma resposta às perguntas: o que ensinar? porquê? Pressupõe educação, tendo em vista a questão dos conteúdos. Diz respeito as decisões educativas da escola, sendo mediados pelos problemas das instituições, refletindo nas circunstâncias históricas e sociais do momento em que foi pensado.

Então, não é apenas um documento para ser formulado e criado para solucionar problemas acadêmicos ou teóricos, mas um material para ser trabalhado, ampliado e ofertado a todos, independentemente de suas dificuldades.

É complicado estabelecer um termo apropriado para o termo currículo devido aos diversos ângulos envolvidos, mas é necessário compreender a sua importância para o trabalho da escola, vida e potencializarão do desenvolvimento integral, tornando indivíduos capazes de aprender e de conviver na sociedade de maneira produtiva e construtiva. Ele orienta as atividades pedagógicas e pode ser visto como um guia sobre o que, como e quando ensinar, o que, como e quando avaliar e deve estar de acordo com a proposta pedagógica.

Adaptar o currículo as necessidades educativas do educando com deficiência intelectual ou do educando com NÉE, é o caminho de proporcionar estratégias para a efetivação e aprendizagem das disciplinas propostas.

A dificuldade de aprendizagem escolar é diária desde situações leves, até outras graves. O entendimento a estas situações necessita de respostas educativas, envolvendo adaptações graduais e progressivas no currículo. Essas adaptações curriculares constituem-se em possibilidades educativas especiais, permitindo adaptar o currículo regular previsto, tornando - o apropriado a particularidade de cada um. Para que ocorra um trabalho qualitativo e rico, alguns aspectos precisam ser considerados, entre eles:

- A dedicação e preparação da equipe educacional;
- Apoio adequado e oferta de recursos especializados;
- Acesso ao currículo através de adaptações;
- Possibilitar a flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedades para que todos se desenvolvam num tempo determinado;
- Proporcionar um trabalho simultâneo, cooperativo e participativo.

Nessa visão, o currículo é uma ferramenta que sofrerá alterações que beneficiarão o desenvolvimento pessoal e social dos educandos independentes de maiores ou menores modificações necessárias, sendo não significativas, porque devem ocorrer na organização de agrupamentos da didática, e no tempo previsto para alcançar resultados, buscando soluções para que o fracasso seja superado.

Aos educandos com deficiência intelectual deverão ser propiciados ambientes de aula que favoreçam a aprendizagem, como também conteúdos propostos no currículo, permitindo um amplo conhecimento de habilidades cognitivas intelectuais.

Aprender a ler, escrever e compreender o mundo são metas muito desejadas pelas pessoas, mesmo aquelas que possuem um intelecto abaixo daquele que é considerado normal. Para tal é preciso a retomada de habilidades que ainda não foram interiorizadas, combinar aspectos formais e simbólicos da escrita através de desenho, mímica, dramatização, leitura variadas, desenvolver conceitos relativos a espaço, posição, direção, esquema corporal, lateralidade, coordenação motora, percepção auditivas, visuais e o desenvolvimento do raciocínio lógico, matemático, calculo mental e escrito através de situações criadas e vivenciadas em sala de aula, em casa ou em outros ambientes, proporcionando discussões, trocas de ideias, expressão de ideias e

sentimentos, aprender a falar, ouvir o outro, estimular conversas, experiências enriquecedoras de aprendizagem, a expressão de fantasias, sonhos e emoções.

Propor situações que requeiram questionamentos, extrapolando o pensamento imediato, a conclusão perceptível, levá-los a uma conquista de conhecimento que ultrapassem o campo numérico e as formas de linguagem. Nessa tarefa o professor deve ser um facilitador, um mediador, um amigo, aquele que aprenderá com seu aluno e juntos conquistarão uma verdadeira cidadania, permitindo a aquisição de valores, atitudes consideradas importantes para a vivência no contexto social onde estamos inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que a inclusão seja importante, visto que, segundo os estudiosos a segregação torna-se hoje em dia inoportuna. Porém é indispensável garantir as condições para a que a inclusão educacional aconteça, pois, discussões e imposições de leis não garantem que ela seja efetivada de maneira apropriada. A garantia sólida de um apoio pedagógico para que o educando permaneça no ensino regular, estabelece vínculos essenciais no desenvolvimento docente e educacional, podendo inclusive contar com um suporte itinerante para viabilizar o processo ensino/aprendizagem; visto que, alguns autores defendem a permanência das escolas especiais para o atendimento pedagógico especializado. Há de se destacar também, a contribuição das escolas especiais em relação ao acolhimento e auxílio prestado as famílias e até mesmo no desenvolvimento social daqueles considerados “mais comprometidos”.

Para que se ocorra à inclusão, ela precisa estar apoiada em valores, princípios e políticas de qualidade, sustentação aos que estão envolvidos com mudanças, formação adequada na área da educação, assistência as famílias são alguns dos aspectos que podem ser revistos no momento de desenvolver as reformas do processo inclusivo.

Vale a pena ressaltar que, a inclusão educacional não é uma tarefa fácil e nenhuma escola poderá ter sucesso neste contexto, se não estiver envolvido com uma rede de parcerias; professores, educadores, profissionais da área da saúde, comunidade local, pais, educandos e outras escolas que convergem com o mesmo paradigma. O importante não só criar leis, mas idealizar um modo de assegurá-la na prática.

Além disso, são indispensáveis os investimentos da rede pública, envolvendo as três esferas políticas, cujos discursos são inclusivos, mas tem dificuldades em assumir rupturas nos formatos de organização dos educandos com necessidades educacionais especiais.

Portanto, educação inclusiva é proposta para educandos especiais ou não, pois o direito a educação e de igualdade está garantida na lei maior que rege o nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação de Educação Básica - Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica 17/2001.

BRASIL, MEC – Ministério da Educação Especial Secretaria de Educação Especial - A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva. Brasília: DF 2007.

BRASIL, MEC, Secretaria de Educação Especial – Parâmetros Curriculares, Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília DF: MEC/SEF/SEEP. 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetros Curriculares: Adaptações Curriculares/Secretaria de Educação Especial – Brasília DF MEC/SEF/SEEP. 1998.

CARDOSO, M.C.F. A integração educacional e comunitária. Revista Brasileira de Educação Especial, 1, 89-99. 1992.

CARVALHO R.E., Removendo barreiras para aprendizagem 5 Editora Porto Alegre: mediação 2000.

CINFOP, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores, Coleção Cadernos Temáticos – Avaliação da Aprendizagem; Dito e Feito Curitiba; Ed. UFPR 2005 ,4,39-56

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: Acesso e qualidade Salamanca, Espanha 1994

CRESS-Conselho Regional de Serviço Social, Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania - Edição especial do II Congresso Paranaense de Assistentes Sociais –pg68-375 Curitiba-Paraná 2003

D'ANTINO M.E.F. A máscara e o rosto da instituição especializada. Marcas que o passado abrigou e o presente esconde. São Paulo – Brasil 1998.

JANNUZZI, G A luta pela educação do deficiente mental no Brasil- São Paulo: Editora Cortez 1985.

MANTOAN, M.T.E. Caminhos pedagógicos da inclusão. Acesso em: 20 de março de 2015. ABERTO leis

MAZZOTTA, M, J, S, Direito do portador de deficiência a educação. Revista integração, 5, 1994

MAZZOTTA, M, J, S, Educação especial no Brasil: história e políticas públicas, São Paulo, Brasil: Cortez 1995

MONROY, A, Escolas Especiais: as práticas educativas e a aquisição das habilidades adaptativas visando integração do jovem portador de deficiência mental. Barcelona, Espanha. 2001